



ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

Ref. Pregão Eletrônico nº: 90.035/2024

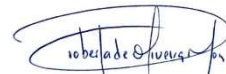
KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.490.298/0001-06, com sede na Rua Conselheiro Sinimbu, 188, Bloco C, Perissê, Nova Friburgo/RJ, neste ato representada por sua sócia Roberta de Oliveira Moraes, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 11.600.173-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 054.577.517-59, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor **RECURSO**, em face à R. Decisão que habilitou a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

Ref. Pregão Eletrônico nº: 90.035/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano

1. SOBRE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

19.1.10 - As certidões ou atestados e capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR TRANSPORTADA.





Contudo, basta uma simples observação aos atestados apresentados pela empresa provisoriamente habilitada para ter a certeza que os mesmos não atendem ao determinado pelo Edital.

Nenhum dos três atestados apresentados pela empresa provisoriamente colocada em primeiro lugar, faz menção a **alimentação hospitalar TRANSPORTADA**, e, portanto, devem ser descartadas, *dv*, de pronto pelo Sr. Pregoeiro.

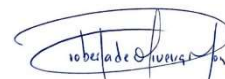
Ainda assim, através do chat, o Ilustre Pregoeiro, enviou questionamento (chat realizado em 02/05/2024 às 10:57:50), questionando se a alimentação havia sido feita na modalidade transportada ou produzida no local. Tendo respondido, convenientemente, a participante que metade havia sido na modalidade transportada.

Ora, o atestado deve ser preciso, demonstrar claramente os fatos do contrato, não podendo a mera resposta em chat preencher lacunas que não foram trazidas documentalmente. Neste sentido, quando o Município decidiu pela forma de ***alimentação hospitalar transportada***, decidiu por um formato específico e que, por conseguinte, deve ser respeitado e documentado por todos os licitantes, o que fatalmente não foi cumprido pela empresa recorrida, devendo, assim, **ser declarada sua inabilitação**.

Outro fato sobre os atestados apresentados, é a falta de precisão nos atestados apresentados. A Utilização do fornecimento de **até x refeições**, não garante de forma clara que houve o atendimento dos quantitativos ao qual a mesma era obrigada a apresentar em seu atestado, trazendo ainda mais dúvidas sobre a capacidade de produção da empresa recorrida.

2. DA APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE DECLARAÇÃO PREVISTA NO EDITAL

Vejamos agora o seguinte subitem do Edital:





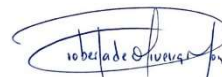
19.1.4 – Caso a licitante tenha sede em outro município deverá apresentar juntamente com a Licença ou Alvará Sanitário da cozinha externa, declaração subscrita por representante legal do licitante, de que, no momento do início de execução do contrato, apresentará Licença ou Alvará Sanitário da cozinha externa no Município de Nova Friburgo, onde serão executados os serviços, sob as penas cabíveis. (modelo do próprio licitante)

O citado subitem, *dv*, já fere frontalmente o princípio da isonomia, pois cria condições diferentes de habilitação entre os licitantes!

Veja bem, se há possibilidade de qualquer comprovação ser realizada “*no momento do início de execução do contrato*”, **tal condição deveria ser estendida a todos os participantes e não somente aos que tenham sede em outro município.**

Por incrível que pareça, o licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar, não apresentou sua declaração na forma editalícia, ou seja, além da vantagem de poder apresentar licença ou alvará sanitário apenas no momento da execução do contrato, em detrimento às empresas sediadas no Município, ainda quer ter a super vantagem de apresentar documentação que deveria constar originalmente da proposta, posteriormente aos demais.

É uma absurda afronta aos princípios mais mezinhos dos institutos da licitação, tal atitude fere de cara o princípio da legalidade, verdadeira afronta ao art. 64, I, II da Lei 14.133/2021, ataca frontalmente os mais diversos entendimentos jurisprudenciais fortemente sedimentados (*É proibida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Acórdão TCU 2652/2007- Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER*), e por fim, como já citado anteriormente fere duplamente o princípio da isonomia entre os licitantes (*o princípio da isonomia atua como mecanismo para garantir a igualdade de oportunidades e evitar favorecimentos indevidos. Breno Almeida Souza*).





Destarte, inconcebível que seja aproveitada documentação posterior e, conseqüentemente, urge que seja declarada inabilitada a empresa Bandolin.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO do presente RECURSO para que seja reconsiderada a decisão do Ilmo. Pregoeiro, passando a declarar inabilitada a empresa Bandolin Fornecimento de Alimentos Ltda, tanto pelas falhas na apresentação de seus atestados como demonstrado nas razões apresentadas, bem como em razão da inclusão ***ilegal, anti isonômica e extemporânea de declaração que deveria constar originalmente na proposta.***

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento para a autoridade superior, para análise do presente recurso em última instância administrativa.

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Friburgo, 07 de maio de 2024

KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

ROBERTA DE OLIVEIRA MORAES
Representante Legal

